



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Últimos
0,23% São Paulo 0,13% Nova York	172.180 167.100 10/811/812/813/8	R\$ 5,193 (+ 0,25%)	6/agosto5,107 7/agosto5,083 10/agosto5,110 11/agosto5,160 12/agosto5,179
Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	Inflação IPCA do IBGE (em %)
R\$ 1.621	R\$ 5,987	13,90%	Março/20260,88 Abril/20260,67 Maio/20260,58 Junho/20260,16 Julho/20260,07
		CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	
		13,87%	

POLÍTICA FISCAL

“Jabuti” em PLP não resolve crise

Problemas fiscais permanecerão, mesmo com mecanismos de ajuste incluídos no PLP dos combustíveis. Travas colocadas no reajuste do FCDF trarão perdas para o DF

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei Complementar nº 114/2026, chamado PLP dos Combustíveis, aprovado pelo Congresso Nacional, na quarta-feira, recebeu uma série de medidas adicionais que nada tem a ver com a sua proposta inicial — de subsídio ao aumento do petróleo no mercado internacional —, ou seja, os famosos “jabutis” que aumentam os gastos, principalmente em 2027 — ano em que o quadro fiscal vai ser muito mais complicado do que o atual. Em contrapartida, a equipe econômica conseguiu incluir dois dispositivos que ajudam a travar o aumento de algumas despesas, como o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), limitando aos 2,5% acima da inflação previsto no arcabouço fiscal.

Analistas alertam, no entanto, que a medida não vai aliviar o quadro preocupante que está sendo desenhado para os próximos ano.

Além do subsídio aos combustíveis, devido à disparada do petróleo em meio ao conflito dos Estados Unidos no Oriente Médio deflagrado no fim de fevereiro, o PLP 114/2026 passou a agregar matérias com impactos fiscais negativos, como incentivos ao setor de fertilizantes, minerais críticos e até para a Copa Feminina de Futebol de 2027. Segundo especialistas, os gatilhos incluídos para contenção de despesa não serão suficientes para o governo recuperar a confiança do mercado, porque há uma perspectiva de piora das contas públicas para o próximo ano que está batendo à porta, com a dívida pública bruta em relação Produto Interno Bruto (PIB) atingindo próximos ao da pandemia de covid-19, acima de 80% do PIB.

O economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, lembrou que não há garantia de que haverá mesmo uma redução de despesas como o governo está prevendo, de R\$ 10 bilhões em 2027. “Haverá uma reação no Congresso, embora eles tenham aprovado e não olhado direito na questão do Fundo Constitucional do DF. “Vi que o governo comemorou a aprovação do PLP, mas não vejo razão para isso. O GDF pode tentar reverter e a proposta ser discutida com base nas premissas que existem hoje para a existência do Fundo, que poderá ser reavaliado no futuro”, afirmou.

Na avaliação de Mailson, o PLP tem um aspecto positivo ao sinalizar corte de gastos obrigatórios, ainda que criados por meio de lei complementar. “Mas é uma aspirina para um dor de cabeça que está vindo aí que é uma grave crise fiscal”, destacou. Para ele, o ajuste fiscal necessário para evitar uma explosão da dívida pública dificilmente será realizado pelos atuais candidatos à Presidência da República devido ao tamanho que é necessário, de pelo menos, 4% do PIB.

Gatilhos

Foram introduzidos dois gatilhos com efeitos em 2027 no PLP 114/2024, em caso de projeção do rombo fiscal. O acionamento desses

Divulgação



Mailson compara os gatilhos introduzidos na lei para reduzir gasto a uma “aspirina” para enfrentar a dívida pública



O PLP foi votado a toque de caixa e, para mim, os senadores do DF dormiram no ponto, especialmente em um momento em que a situação financeira não está muito favorável”

César Bergo, economista e professor da UnB

gatilhos resulta em menor crescimento das despesas afetadas, a exemplo do Fundo Constitucional do DF e dos gastos mínimos com a Saúde. O primeiro gatilho corrige as despesas vinculadas por lei de acordo com o limite de despesa da União e não com base na evolução do indicador da receita a que estão vinculadas. O segundo gatilho retira a contabilização das receitas de comercialização do petróleo da União do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), o que afeta as despesas vinculadas a essa receita, a exemplo do gasto mínimo com a Saúde e a Educação, que são constitucionais, destacou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, em relatório enviado aos clientes. O especialista em contas públicas destacou que as autoridades econômicas divulgaram impacto com esses dois gatilhos de, aproximadamente, R\$ 10 bilhões, em 2027, mas, “embora seja certo que tenham o potencial de reduzir o ritmo de aumento das despesas afetadas, ainda não se pode projetar

ao certo qual seria o tamanho do impacto, ao menos não com base nas informações disponíveis”.

Vale lembrar que, quando o arcabouço fiscal foi aprovado, o limite de 2,5% acima da inflação para o aumento da despesa com o FCDF estava previsto no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o ex-governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB) conseguiu articular com senadores para tirar o Fundo da proposta quando ela foi apreciada no Senado.

Perda

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Cesar Bergo, reconheceu que, a médio e longo prazos, o GDF pode perder com essa mudança do indexador de correção do FCDF. “O projeto não extingue nem retira valores, mas compromete a receita futura criando uma trava para a distribuição para o crescimento da distribuição desses valores do Fundo. O PLP nasceu, na realidade, com o objetivo de permitir ao governo federal reduzir ou zerar até determinados impostos e tributos para amenizar o impacto na alta do mercado internacional de petróleo. Mas, além disso, o texto prevê a exclusão de determinadas receitas extraordinárias provenientes da comercialização de produtos de petróleo, da Receita Corrente Líquida (RCL). Isso reduz a base de cálculo de algumas despesas e prejudica não só o Fundo Constitucional do DF, mas também recursos destinados à Saúde, por exemplo”, explicou o professor da UnB. Ele destacou que o texto final ainda depende de sanção presidencial. “Devemos aguardar. E também o importante é que foi acrescido outros mecanismos dentro do Congresso — penduricalhos, vamos

dizer assim — que acabam distorcendo um pouco o objetivo maior do projeto, porque o governo tem em mãos um instrumento para poder fazer aquela famosa lei contracíclica, você tendo um aumento extraordinário de preço de petróleo, influenciando o combustível, você age internamente e o governo acaba tendo um respaldo legal”, acrescentou Bergo.

Na avaliação do acadêmico, a bancada do DF acabou dormindo no ponto e não percebeu que o Fundo Constitucional sairá perdendo com esse PLP, especialmente a longo e médio prazos. “Haverá certamente perda de receita para o DF para Saúde, Educação e Segurança, áreas de destino dos recursos do Fundo Constitucional”, frisou.

Bergo ainda lembrou que o governo federal sempre buscou reduzir o tamanho do Fundo Constitucional do DF, e, por conta disso, tanto o governo do DF quanto a bancada do Quadrado não precisam ficar atentos com isso. “O PLP foi votado a toque de caixa e, para mim, os senadores do DF dormiram no ponto, especialmente em um momento em que a situação financeira não está muito favorável”, resumiu ele, em referência à crise em torno do Banco de Brasília (BRB) que, até agora não divulgou o balanço de 2025 e tenta um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), para cobrir as perdas com as operações fraudulentas com o Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025.

Apesar de poder utilizar o FCDF e outras receitas como garantias para o empréstimo, a governadora Celina Leão tem sinalizado que quer que a União seja a fiadora do empréstimo, algo que o Ministério da Fazenda tem se recusado a fazer.



A ocupação cultural dos espaços públicos como estratégia de transformação social



Valcides de Araújo
Diretor Regional do Sesc-DF

Por Valcides de Araújo*

Pensar o espaço público como lugar de convivência e construção de conhecimento coletivo é uma prática consolidada do Sesc-DF. Com recursos da iniciativa privada, a instituição promove um número relevante de shows com artistas nacionais e locais, produções artísticas de excelência, festas intergeracionais que ocupam as ruas do Distrito Federal e proporcionam à população mais que entretenimento gratuito.

Ao ocuparmos os espaços públicos com arte e cultura, lançamos outros olhares sobre a cidade, tecemos novas conexões sociais e rompemos barreiras socioeconômicas que restringem experiências necessárias para a consolidação da cidadania.

Com a ocupação cultural dos espaços públicos também provocamos o poder público a promover melhorias estruturais e implementar medidas que tragam segurança à comunidade, como a iluminação das ruas e o policiamento ostensivo.

Aqui no Distrito Federal, as ações do Sesc vêm gerando mudanças significativas em quadras e avenidas históricas. No Setor Comercial Sul, por exemplo, nosso empenho em realizar ativação cultural busca aproximar o público do espaço acometido pela insegurança e por episódios de violência associados à vulnerabilidade social e ao tráfico de drogas.

Neste fim de semana, dias 22 e 23 de agosto, realizaremos na região a Virada Cultural, com mais de 30 horas ininterruptas de apresentações musicais. A programação se conecta com movimentos culturais que já são realizados no local e oferecem ao público uma experiência sonora de alta qualidade, fortalecendo o vínculo entre cultura, cidade e convivência.

A virada cultural é uma continuidade de ações realizadas ali. Em maio deste ano, já tínhamos promovido a primeira edição do Sesc SoundSystem, com lendas da música eletrônica. Acreditamos que a cultura pode ser uma ferramenta muito poderosa para transformar a relação das pessoas com a cidade.

Na W3 Sul, nossos shows, festas juninas e eventos coletivos, como a transmissão dos jogos da Copa do Mundo, vêm impulsionando a revitalização da maior e mais antiga rua comercial da região. A reativação do comércio local, as melhorias em infraestrutura e a presença de um público diverso e amplo são alguns dos reflexos já constatados.

No final julho, também realizamos - no Parque da Cidade - mais uma edição do nosso Festival de Inverno. Trouxemos ao Distrito Federal nomes como BaianaSystem,

Cêu, Mundo Livre S/A, Claudette King, Ju Strassacapa, além de oficinas, brincadeiras, planetário, atividades literárias, aula de yoga e uma série de outros eventos que serão realizados ao longo de todo o dia, de forma completamente gratuita.

Foi um sucesso total, com cerca de 45 mil pessoas reunidas nos dois dias de evento, reafirmando nosso propósito de ocupação cultural desse espaço público para promoção da convivência e fortalecer a identidade e a diversidade local.

Entretanto, enquanto instituição criada para atender aos comerciantes e seus familiares, em que interessa ao Sesc-DF promover ações de ocupação cultural dos espaços públicos?

Em suas seis décadas de história, sobretudo nesta gestão, o Sesc-DF se estabeleceu como um dos principais equipamentos de promoção do desenvolvimento social por meio da democratização do acesso e da produção da arte e da cultura. Isso mostra que exercemos a responsabilidade de construir caminhos para que a Constituição Federal de 1988 seja cumprida. Em seu artigo 6º, nossa “Carta Cidadã” institui o lazer como um dos direitos sociais básicos, junto da educação, saúde, trabalho e segurança.

Além de um direito, a ocupação cultural de espaços públicos também é uma ferramenta de saúde pública. A 6ª edição da pesquisa nacional “Hábitos Culturais” mostra que 59% dos entrevistados relataram que a realização de programas culturais diminuiu o estresse e a ansiedade em suas próprias vidas, 57% indicaram a diminuição da sensação de tristeza e 56% perceberam uma diminuição na sensação de solidão. Realizada pelo Datafolha e lançada em setembro de 2025, a pesquisa mostra que as atividades ao ar livre representam a prática cultural presencial mais popular entre os brasileiros, consolidando-se como um hábito fundamental de convivência e lazer nos espaços públicos.

A lógica de organização adotada por uma cidade se impõe a todos que nela vivem. É por isso que o Sesc, embora tenha como missão primária promover o bem-estar social dos comerciantes e seus familiares, fortalece-se como agente de transformação social para além de seu público direto. Uma das principais ferramentas utilizadas para isso é a ocupação cultural dos espaços públicos. Com ela, a realidade do esvaziamento, da segregação, do isolamento, da insegurança, do sucateamento da cidade vai sendo, progressivamente, substituída pela lógica da inclusão, da democratização, da construção da cidadania, da valorização da identidade local, da melhoria da qualidade de vida para todos.